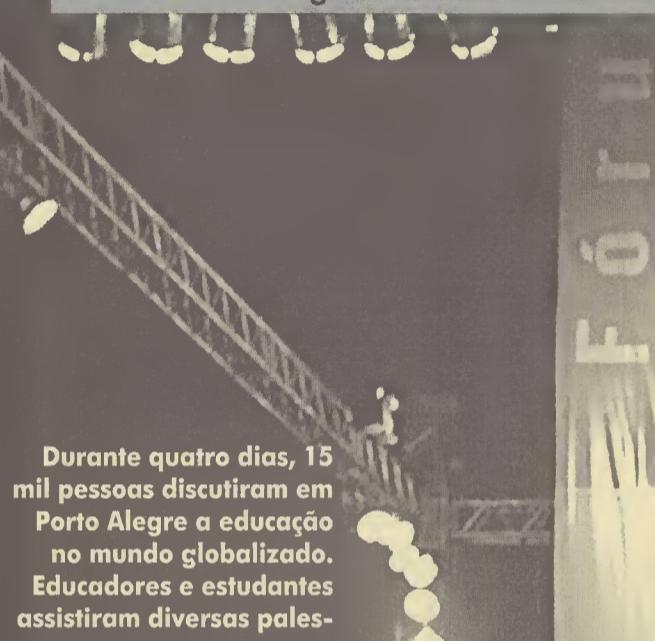


1ª quinzena de novembro de 2001

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 91



Durante quatro dias, 15 mil pessoas discutiram em Porto Alegre a educação no mundo globalizado. Educadores e estudantes assistiram diversas palestras que traçaram um diagnóstico da área e mostraram que o atual estágio do capitalismo globalizado mantém grande parte da população mundial excluída do conhecimento.

Páginas 4 a 7

A ordem agora é resistir. Os docentes da Ufrgs, reunidos em assembléa dia 12, decidiram manter a paralisação iniciada em 22 de agosto, acompanhando o movimento nacional. Foi rejeitado, em sua totalidade, o projeto de lei do governo federal que prevê reajuste de 30% na GED e GID e extensão de 60% da GID aos aposentados de 1º e 2º graus.

Página 3

Education in the globalized world



24 a 27 de outubro de 2001

Santini • Porto Alegre • RS • Brasil

Fórum Mundial de Educação reúne 15 mil em Porto Alegre

Cristina Lima



Sem tempo para reflexão

Em meio a uma greve que já dura mais de 80 dias, as reais contradições por que passa a universidade pública não vieram à tona. Foi impossível, nestes dias, refletir sobre a tranquilidade que deve cercar um trabalhador do ensino, seja professor ou técnico-administrativo, a segurança necessária para que possa desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e apoio a elas.

Esta falta não ocorreu por culpa dos grevistas, mas do governo, que quis limitar a discussão à questão salarial. Além disso, a cada momento apresentando uma situação nova, diferenciada, que levava a todos os envolvidos na greve a estarem constantemente em alerta aos movimentos do governo.

Precisamos urgentemente discutir questões que envolvem as condições de ensino, pesquisa e extensão, que são as atividades pilares de uma universidade e que têm importâncias e relevâncias na universidade pública. O papel estabelecido para as univer-

sidades privadas é o de servir para aquilo que o neoliberalismo estabeleceu como projeto, que é a distribuição de diplomas para a população, levando as pessoas a crerem que, de posse desse diploma, conseguiram empregos com altos salários.

Este governo vive e sobrevive deste ofício de enganar as pessoas como também de se apropriar dos índices de desempenho das universidades, principalmente na pós-graduação, e formatar como resultados de uma política do Ministério da Educação, quando na verdade estes dados são méritos de organismos que não têm nada a ver com o MEC e o Sr. Paulo Renato de Souza. Esta discussão é urgente, até para que a sociedade não seja levada pelas políticas erradas do Ministério ou por posições preconceituosas como a que transpareceu na piada de mau gosto sobre professores universitários, feita pelo líder dos sem-terra, João Pedro Stédile, no Fórum Mundial de Educação.

OBSERVATÓRIO

FHC, pai do Fórum Social Mundial

Como costuma acontecer nas viagens ao exterior de Fernando Henrique Cardoso, mais uma vez o presidente do Brasil se transformou no famoso sociólogo ao pisar na Europa. Em sua última viagem à França, em outubro, sua performance incluiu críticas aos Estados Unidos, alerta contra o protecionismo dos países ricos, agindo como verdadeiro porta-voz dos países pobres. Foi tamanha a atuação que FHC acabou aplaudido de pé pelos deputados franceses. Um dos parlamentares chegou a parabenizar o presidente pela realização, em Porto Alegre, do 1º Fórum Social Mundial. O presidente não ficou nem vermelho, ele que, em janeiro de 2001, chegou a dizer um dia antes do início do Fórum, que a capital gaúcha estava reunindo um bando de "baderneiros". No dia da abertura, de Brasília, chamou os manifestantes antiglobalização econômica de "ludistas" – aqueles trabalhadores que, no início da Revolução Industrial quebravam máquinas com medo de perderem seus empregos.

O fim da casa da montanha

Davos, a casa da montanha dos representantes da globalização financeira, é coisa do passado. Com medo de possíveis atentados, e em função dos altos custos de segurança, os organizadores do Fórum Econômico Mundial, que se realiza há 31 anos naquela cidade dos Alpes suíços, resolveram mudar a localização do encontro. Pode ir para o Canadá e até mesmo para Nova York. O fato é que o clube dos milionários quer segurança do governo dos Estados Unidos para sua realização. Um prato cheio para terroristas, o FEM concentra em cada edição cerca de mil executivos das maiores empresas do planeta, 200 chefes de estado, além de centenas de economistas e ministros da Economia do mundo todo. Segundo analistas, o movimento antiglobalização econômica é responsável direto pela mudança de local. Desde 1999, que se realizam protestos em Davos. Por conta disso, os custos com a segurança passaram de US\$ 170 mil em 1998 para US\$ 6,25 milhões em 2001. É um dos maiores símbolos da globalização que cai por terra.

Afegãos no Brasil

Philippe Lavanchy, chefe da missão do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) no Irã, pretende trazer três mil afegãos para o Brasil. Desde os atentados do dia 11 de setembro, há um apelo para que os países que fazem parte da ONU recebam refugiados do Afeganistão. Atualmente, o Irã é a nação que mais acolhe refugiados no mundo: 2,5 mi-

lhões deles. Em depoimento dado para o site No, o embaixador brasileiro em Teerã, Cesário Melantônio, revelou que a situação é insustentável. "Mais da metade desses refugiados é de jovens e o nível de desemprego no Irã já esbarra nos 20%", diz Melantônio. Segundo Lavanchy, os afegãos teriam dificuldade de adaptação em qualquer outro país, não só no Brasil, "mas é preciso que haja uma boa equipe para ministrar aulas e acompanhar a comunidade". O Itamaraty e o Comitê Nacional para Refugiados (Conare) ainda não aceitaram o pedido de Lavanchy para que os afegãos sejam acolhidos. Para o diplomata, "o Brasil precisa acordar para as questões humanitárias e não só aparecer quando o assunto é de pauta de economia".

Sabotagem

O Greenpeace acusou a Austrália, Japão, Canadá e Rússia de estarem "diluindo" o texto legal do Protocolo de Kyoto. A organização denuncia que várias cláusulas do acordo foram alteradas. Os países signatários do Protocolo se reuniram nas duas primeiras semanas de novembro em Marrakesh, no Marrocos. Cerca de 4 mil pessoas participaram do encontro. Como já havia ocorrido em Bohn, no mês de julho, os norte-americanos não participaram efetivamente do evento. O presidente Bush apenas enviou uma pequena equipe de observadores. Ecologistas acreditam que esta sabotagem no texto do Protocolo pode transformar o acordo em um calhamaço inócuo, incapaz de fazer frente ao aquecimento global.

Inferno para sonegadores

Em pouco mais de dois anos, o Ministério Público Federal (MPF) já prendeu 269 acusados de sonegação no Rio Grande do Sul. O grande número de condenações efetuadas pelo Ministério Público local ganhou destaque no jornal Valor Econômico. O periódico publicou uma matéria intitulada "Rio Grande do Sul vira inferno para sonegadores". Apesar da inexistência de estatísticas comparativas, advogados e promotores concordam que o RS é o Estado onde proporcionalmente há mais processos contra suspeitos de sonegação. Segundo a reportagem do Valor, o motivo é o rigor dos procuradores, e não porque os gaúchos sonegam mais. A maioria dos condenados em primeira e segunda instância da Justiça Federal, teve suas penas convertidas em prestação de serviços à comunidade ou ganhou o direito de apelar das sentenças em liberdade.

GREVE

Professores resistem e dizem não ao Projeto de Lei do MEC

Dante do impasse gerado pelo governo, a ordem agora é resistir. Em assembléia no último dia 12, professores da Ufrgs decidiram manter a greve, iniciada no dia 22 de agosto. Em ampla maioria, os docentes rejeitaram o projeto de lei do Governo Federal enviado ao Congresso no dia 13 de novembro, que prevê reajuste de 30% na GED e GID e extensão de 60% da GID aos aposentados de 1º e 2º graus e referendaram o termo de acordo construído pelo sindicato e pelo MEC, ao longo de vários dias de negociação.

O acordo, que significava o fim da greve, seria efetivado no dia 31 de outubro, mas na última hora o MEC se recusou a assiná-lo alegando falta de recursos. No intervalo da reunião em que seria fechado o acordo, a secretária de Ensino Superior do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro, foi informada pelo líder do governo na Câmara Federal, deputado Arnaldo Madeira (PSDB), que os R\$ 250 milhões provenientes de emendas orçamentárias, já haviam sido destinados para outro fim, devido à morosidade no processo de negociação.

Sobrariam então outros R\$ 100 milhões, garantidos pelos parlamentares. Curiosamente, seis dias depois o ministro de Educação, Paulo Renato de Souza, anuncia um projeto de lei, orçado em R\$ 250 milhões, cujo teor já havia sido rejeitado pelos docentes no início da greve. O projeto seria custeado com os R\$ 100 milhões de emendas orçamentárias e mais



Assembléia: decisão foi de manter a greve iniciada dia 22 de agosto

R\$ 150 milhões do MEC, que no início da greve não dispunha de um tostão sequer para negociar com os professores.

No dia 8 de novembro, o MEC apresentou o projeto aos representantes dos reitores e dos docentes e disse que aceitaria contraproposta, desde que não ultrapassasse os R\$ 250 milhões e não tratasse de incorporação de gratificações. Um reajuste no salário-base, como foi proposto na assembléia por um grupo de professores do Instituto de Física, não seria aceito pelo governo, segundo o Comando Local de Greve (CLG). "O governo sempre argumenta que isso o obrigaría a reajustar o salário de todo o serviço público", explica o professor Carlos Schmidt, integrante do CLG.

Como foi o MEC que, estrategicamente, se retirou das negociações a posição do movimento é de manter os termos da minuta de acordo - que prevê incorporação da GAE, equiparação da GED e GID, contratação pelo Regime Jurídico Único (RJU) com previdência pública e aposentadoria integral e concurso para preenchimento de duas mil vagas, além das duas mil já garantidas pelo governo antes da greve - e tentar, junto aos parlamentares, a obstrução de votação do Projeto de Lei do MEC, que deve ser enviado ao Congresso nos próximos dias.

No dia seguinte, 13 de novembro, o CNG entrou com pedido no Congresso Nacional para que os parlamentares ten-

tassem retardar o envio do projeto ao Legislativo, mas no final da tarde do mesmo dia o projeto é protocolado no Congresso. O presidente do Senado, Ramez Tebet, se mostrou sensibilizado com a situação e garantiu que vai tentar intermediar as negociações com o governo.

A discussão sobre o adiamento do vestibular e de outros eventos foi mais uma vez adiada. A assembléia entendeu que o item deve ser discutido em outro momento, de preferência após o término da paralisação. Mas entre os professores existe a preocupação de que a greve perdure além do esperado, o que comprometeria, de fato, a realização do vestibular da Ufrgs na data prevista (janeiro de 2002). Algumas universidades, onde o concurso aconteceria em novembro e dezembro, já optaram pelo adiamento.

Família na escola

No dia 13 de novembro, Dia da Família na Escola, pais e alunos do Colégio de Aplicação, da Ufrgs, "abraçaram" a escola e pediram a volta às aulas. Uma carta de apelo ao presidente da República para que aceite a proposta dos professores foi assinada pelos pais e alunos e deve ser encaminhada ao Planalto. Desde o início da greve, pais e alunos têm se mostrado solidários com o movimento por entenderem que os motivos da paralisação vão além das questões salariais e são fundamentados na defesa da Universidade Pública.

FGTS

Regulamentado o Termo de Adesão

A Lei nº 110/2001, que regulamenta o Termo de Adesão para o pagamento dos expurgos do FGTS de forma parcelada, mediante expressa desistência de ação, com valores reduzidos e sem a incidência de juros, correção monetária, e de multa, em caso de não pagamento pelo Governo, prevê também a retirada de saldo das contas vinculadas de FGTS, em uma única parcela, até junho de 2002, nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou qualquer de seus dependentes for acometido de câncer;

II - quando o titular ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV;

III - se o trabalhador, com crédito de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), for aposentado por invalidez, em função de acidente do trabalho ou doença profissional, ou aposentado maior de sessenta e cinco anos de idade;

IV - quando o titular ou qualquer de seus dependentes for acometido de doença terminal.

Para os demais trabalhadores, o Governo informou que o pagamento se dará da seguinte forma (ver box):

Lembre-se que quem já ajuizou ação terá direito a receber correção monetária dos valores já reconhecidos no processo - que em alguns casos alcança os expurgos referentes aos Planos Bresser e Collor II, juros de mora e os

juros capitalizados de 3% ao ano, previstos na legislação do FGTS.

Não há garantia ou multa prevista na lei complementar que assegure o efetivo cumprimento desse acordo pelo Governo.

O tempo de tramitação de uma ação judicial é, em média, inferior ao tempo em que o governo pagará os atrasados. Diante disso, os trabalhadores que continuarem pleiteando na Justiça seu direito à correção do FGTS receberão valores superiores aos prometidos em acordo, com probabilidade de receber antes de quem não possui ação.

Entretanto, os trabalhadores, ou seus dependentes, acometidos de câncer, doença terminal, portadores do HIV, ou ainda, os aposentados por invalidez, ou apo-

sentados maior de sessenta e cinco anos de idade (necessárias duas últimas hipóteses somente aqueles que têm crédito até R\$ 2.000,00), que quiserem assinar o Termo de Adesão, deverão procurar seus advogados, a fim de desistir da ação, sendo que a desistência deverá ser homologada pelo Juiz.

Assim, se o Governo efetivamente cumprir o acordo, poderão os trabalhadores receber os valores em uma única parcela, até junho de 2002. E sobre os valores propostos pelo Governo não haverá incidência de correção monetária, juros de mora e dos juros previstos na lei do FGTS, de 3% ao ano.

Assessoria Jurídica da Adufrgs

Camargo Coelho Maineri e Advogados Associados

Nº de beneficiados	Valor a receber	Data do pagamento	Desconto
54 milhões de pessoas	Até R\$ 1.000,00	Total em junho de 2002	Nenhum
2,5 milhões	De 1 mil até 2 mil	2 parcelas semestrais a partir de jul/02	Nenhum
2,3 milhões	De 2 mil a 5 mil	5 parcelas semestrais a partir de jan/03	8%
552 mil	De 5 a 8 mil	7 parcelas semestrais a partir de jul/03	12%
756 mil	Acima de 8 mil	7 parcelas semestrais a partir de jan/04	15%

F M E

Educação, trabalho e tecnologia

Na perspectiva de uma sociedade sem excluídos

Nos tempos em que estamos vivendo, a educação se constitui no maior recurso para a construção da sociedade", lembrou Wrana Panizzi, reitora da Ufrgs, na abertura do debate "Educação, trabalho e tecnologia". Em seguida, Atilio Borón, professor da Universidade de Buenos Aires, iniciou sua exposição, em que criticou as reformas que os governos neoliberais estão aplicando ao ensino público. Para o autor de "Estado, capitalismo e democracia na América Latina", estas modificações são na verdade contrarreformas, já que visam sabotar a capacidade do Estado de educar a população. Borón atribui ao Banco Mundial esta iniciativa. A intenção do órgão é transformar as escolas e as faculdades em cursos profissionalizantes, extinguindo a vocação humanística do ensino. "O Banco Mundial quer que as escolas e as faculdades apenas atendam aos requerimentos do mercado. Só que não podemos entender a obra de Paulo Freire ou de Milton Santos assim. Seguindo as instruções do Banco Mundial, não haverá espaço para educadores como Freire e Milton Santos", assinalou Borón.

Borón chamou atenção para a maneira como os executivos do Banco Mundial se referem à educação. Nos relatórios antigos do Banco Mundial, a educação era tratada como um direito. Nos documentos mais recentes ela já é denominada serviço, um bem que atende as leis do mercado. Para que existam alunos, é necessário um fundo que não comprometa o capital reservado para o pagamento dos juros da dívida externa. O doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard acredita que a matemática do Banco Mundial criará um colapso no sistema educacional dos países em desenvolvimento. "O Estado está fugindo de sua responsabilidade de educador, e o resultado será pesado", diz.

O professor argentino expôs uma pesquisa da Unesco que qualifica o ensino público como superior ao ensino privado. "Uma das grandes bandeiras dos defensores da privatização é a suposta eficiência e qualidade dos serviços prestados pelas empresas privadas. No caso da educação, não faltam documentos que provem o quanto esta tese é equivocada", diz. Ele culpa em parte a grande imprensa pela falta de apreço que a opinião pública dá ao ensino público: "Apesar de criticar a suposta falta de eficiência das estatais, a grande imprensa não investiga a raiz do problema. As grandes empresas de comunicação não noticiam a ineficiência do Estado para captar tributos, que é o que deveria ser divulgado. Ninguém denuncia a política de dependência ao FMI".

Borón alerta para o fato da América Latina estar se encaminhando para os gastos públicos dos países mais pobres da África negra e da Ásia. "O nosso modelo de democracia se assemelha ao dos países destruídos pelo colonialismo", afirma. Ele não concorda em atribuir à globalização a culpa pela necessidade das reformas na educação: "A Coréia, mesmo submetida aos ventos da globalização, gasta mais em educação que o Brasil. A globalização é usada como desculpa pelos governos para privatizações e reformas criminosas, mas ela é um mito. Nove em cada dez pessoas trabalham para os mercados nacionais, e não para a produção externa. O presidente norte-americano, que tanto fala em globalização, é um homem que apesar de toda a sua fortuna nunca tinha saído dos Estados Unidos antes de ser eleito, com exceção de uma ida para o Canadá e outra para o México".

Borón declarou que a educação pública não pode ser colocada em discussão por critérios de custo e benefício. "Por mais que os executivos do Banco Mundial apresentem com grandes fórmulas elaboradas por tecnocratas,

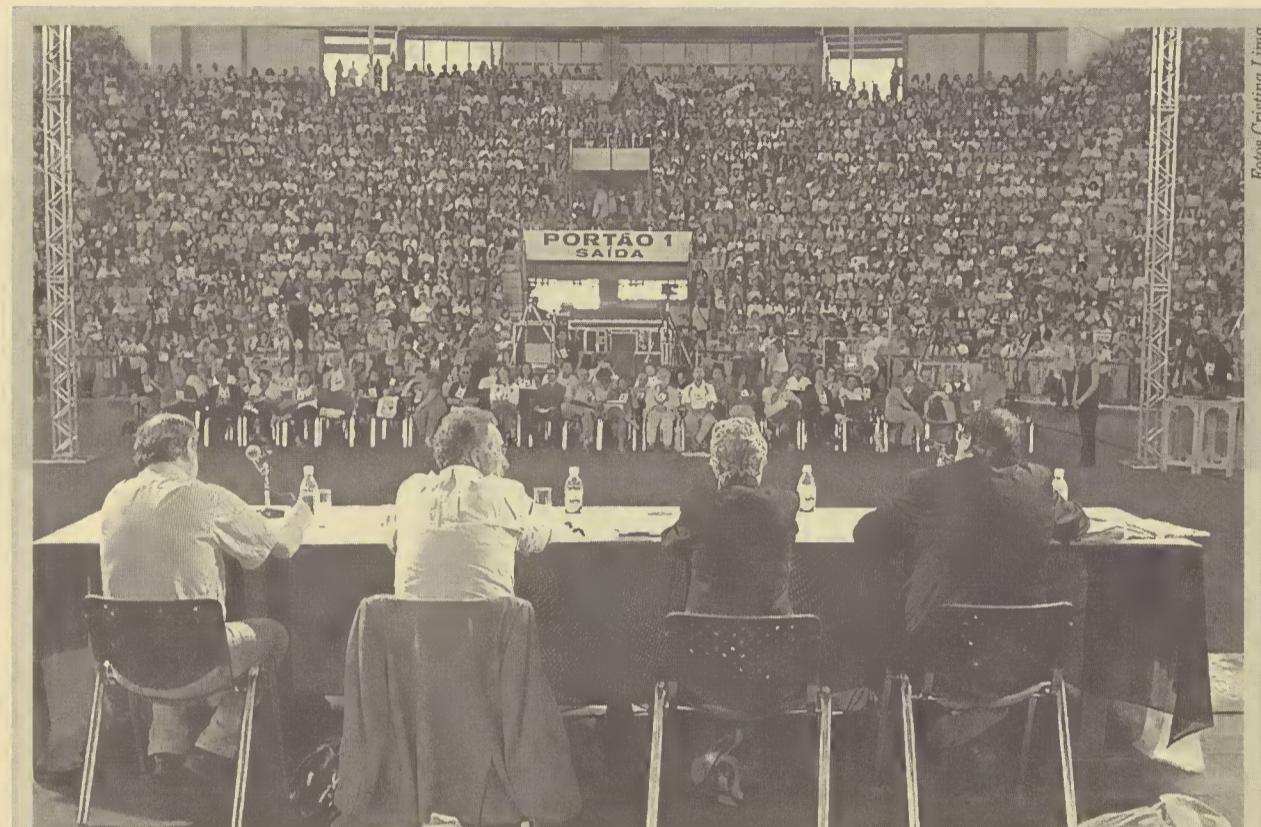
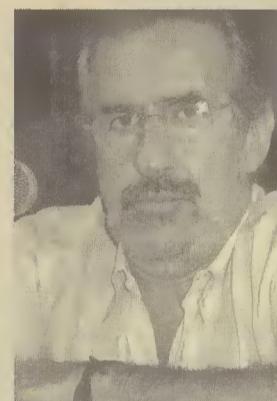


Foto: Cristina Lima

Capacidade máxima: ginásio Gigantinho esteve lotado para as palestras do jornalista espanhol Ignacio Ramonet, do professor argentino Atilio Borón e do economista brasileiro João Pedro Stédile, um dos líderes do MST



Ramonet



Borón



Wrana



Stédile

não podemos arredar. Estamos lutando contra um inimigo, e este inimigo será vencido".

Dando continuidade ao debate, João Pedro Stédile começou seu discurso brincando com o convite para o Fórum Mundial de Educação. "Afinal, por que me convidaram para este evento? Todos sabem que a minha especialidade é falar mal do Fernando Henrique Cardoso e bem da reforma agrária. Mas hoje, em homenagem à educação, só falarei mal do Paulo Renato", declarou, sob aplausos.

Stédile se emocionou com a lotação do Gigantinho: "Quando nosso povo começa a discutir educação em um estádio de futebol, é porque a semente da mudança social começou a dar fruto". Segundo ele, estamos enfrentando a pior crise da humanidade. O economista e dirigente do MST questiona o modelo norte-americano, seguido pela maior parte das nações do Ocidente. "Que civilização é esta que produz mísseis ao invés de livros? Em que as escolas têm até detectores de metais? Estamos copiando um modelo errado. Tudo o que eles fazem é o que não deveria ser feito", disse.

"Todos gostam de falar de reforma de educação e de reforma agrária. Falam, falam, mas nada acontece. Porque no fundo vivemos numa sociedade de classe, onde não há interesse de uma mudança. Neste país se

gastam R\$ 74 bilhões no pagamento dos juros e se tem vergonha de conceder um aumento aos professores. E não adianta só dar aumento aos professores. É preciso que os pais dos alunos estejam empregados", criticou.

Cumprindo a promessa de falar mal do ministro Paulo Renato, Stédile afirmou que o ministro não passa de "um burocrata dos bancos e dos interesses norte-americanos". Críticas mais duras foram feitas às políticas dele: "O que adianta formar um PhD que não tem coragem de dar bom dia para o vizinho de apartamento? Quando o povo for educado para pegar as rédeas da história e solucionar os seus problemas, então teremos uma educação eficiente".

Dos debatedores, Ignácio Ramonet foi o que mais se aprofundou na questão da tecnologia. O professor espanhol e diretor de redação do jornal francês *Le Monde Diplomatique* afirmou que a Internet tem três funções básicas: anunciar, vender e vigiar. "A vocação da Internet é vender qualquer coisa imaginável. E à medida que preenchemos fichas, deixamos pistas de quem somos. Está sendo criado um universo de vigilância". Ramonet também não acredita que a Internet venha a ajudar a educação: "A Internet é um forma de vender a educação. Com ela, um professor apenas poderia educar milhares de alunos, o que não é maneira correta de ministrar uma aula", afirmou.

Pela educação pública para todos

Os mais de 15 mil educadores, educadoras, estudantes, pesquisadores, autoridades, sindicalistas representantes de múltiplas e diferentes forças sociais e populares sujeitos protagonistas da história e comprometidos com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos os homens e mulheres de todas as idades, orientações sexuais e pertencimentos étnicos, religiosos e culturais da Terra, como condição necessária e possível à PAZ e a melhores condições de vida para a Humanidade, apresentam aos governos de todos os países e a todos os povos do Mundo, as posições aprovadas durante a plenária final do Fórum Mundial de Educação.

O período em que vivemos no qual o capital, para aumentar seus ganhos a concentrações nunca vistas, levou à miséria e à guerra a grande maioria da população mundial, precisa ser entendido como de ruptura. Hoje, na atual conjuntura internacional, após o ato terrorista de 11 de setembro, por todos repudiado, ficou mais claro tanto o desequilíbrio entre o norte e o sul e o fosso crescente entre ricos e pobres, quanto o perigo da violência originária dos irracionais que ameaçam toda forma de civilização. As forças dominantes do mundo buscam mostrar o momento presente como sendo de catástrofe mundial.

Para a grande maioria dos seres humanos, no entanto, esta ruptura pode ser vista como a passagem de uma situação para outra, na qual a solidariedade, a liberdade, a



igualdade e o respeito às diferenças, se revificam como valores aliados a compreensão de que existem hoje, no mundo, forças e riquezas capazes de alimentar os fámitos e fornecer condições materiais e espirituais, entre as quais a educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada a todos.

É dentro deste contexto e como parte dessas forças que se reuniu o Fórum Mundial de Educação demonstrando que este momento de passagem vem sendo construído em todos os cantos da Terra por movimentos sociais e governos comprometidos com a democracia e as causas populares com a proposição, no campo e na cidade, de alternativas à globalização neoliberal excludente. Há que destacar-se o abandono e o massacre à infância como a face mais cruel e desumanizadora deste modelo de sociedade.

São muitas as frentes de luta dentro das quais vão sendo encontradas alternativas populares e democráticas em várias partes do mundo. Neste contexto, entendemos que:

A ampla solidariedade e organização entre movimentos sociais, associativos, sindicais e parlamentários em encontros mundiais, em vários países e cidades, de qualidade muito diferenciada mas em número crescente e incorporando forças sociais diversas - como aqueles realizados pelas forças zapatistas, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, pelo movimento

contra o apartheid, contra o neoliberalismo e pela humanidade em Belém do Pará-Brasil, pela 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia na África do Sul, pela Marcha pela Paz realizada pela ONU em Peruggia e Assis, pela Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (ATTAC) e outros contra as forças financeiras mundiais representadas pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio (especialmente o acordo geral sobre o comércio e os serviços que põe em perigo a educação pública), pelo Fundo Monetário Internacional, que dizem "reorganizar a economia do mundo". As reações ocorridas em Seattle, Davos, Cancún, Quebec e Gênova, as greves e marchas realizadas por trabalhadores de diferentes categorias, especialmente os trabalhadores em educação e os estudantes, o Fórum Social Mundial e este Fórum Mundial da Educação, indicam que, com os pés no presente, criticando o que de terrível foi feito e vem sendo feito contra todos os povos, os homens e as mulheres do mundo vão construindo, com esperança, o futuro. Por isto, é necessário repudiar a mercantilização da educação que permite aos países do norte, aproveitando sua posição dominante, roubar os cérebros dos países

do sul através de uma imigração seletiva. Tudo isto nos indica a possibilidade de ampliação de alternativas realmente solidárias, populares e democráticas, entre elas as relativas à escola pública, gratuita

o diálogo e para a PAZ, tem um papel importante nessa luta, na medida em que os tão diversos e sempre coletivos espaços nos quais ela se dá são lugares de discussão, vivência e convivência possível dessas tantas diferenças e projetos. A escola pública, nesse processo, transforma-se e se revifica como espaço/tempo de possibilidades de encontros de homens e mulheres de todas as idades, com trajetórias até aqui apenas entrevistas. Assim, ao contrário da afirmação das forças do capital ao insistirem que a escola pública já está superada, reafirmamos sua potência e permanente movimento na reinvenção do cotidiano de nossas sociedades e na sua própria transformação como resultado do protagonismo dos excluídos;

A conquista do poder político em cada situação concreta, nacional e local, é também uma das frentes de luta, já que a globalização do capital sempre precisou de governos nacionais, regionais e locais capazes de executar seus planos e fazer valer sua força. A criação de alternativas às propostas neoliberais vem sendo construída pela existência de governos populares e democráticos, conquistados e tecidos com dificuldades, mas que precisam ser compreendidos como possibilidade crescente;

A luta por mudanças no mundo do trabalho, com a construção da perspectiva de uma profissionalização sustentável como garantia de acesso a todos das rápidas evoluções científico-tecnológicas, acompanhada de garantias dos direitos sociais para os trabalhadores e as trabalhadoras e com reconhecimento universal das certificações profissionais. Esta luta mantém relação estreita com as tantas mudanças antes indicadas, exigindo assim a ampliação do conhecimento humanista, técnico-científico, ético e estético e a incorporação real do direito às diferenças, quando essas permitem que nos compreendamos e nos

aproximemos e a sua superação quando estabelecem hierarquias entre os seres humanos, em relação ao sexo, às diferentes idades, aos diferentes pertencimentos étnicos, raciais, religiosos, culturais e políticos. Os trabalhadores/trabalhadoras da educação têm, com relação a isto, histórias para contar sobre seus esforços comuns e buscam crescentemente participar, com os múltiplos movimentos sociais, na tessitura de um mundo mais justo e pacífico, afirmando a importância de seu trabalho para a primeira infância, as crianças, os jovens, os adultos e os velhos. Este Fórum Mundial de Educação se soma às discussões realizadas nos diversos Fóruns de Educação que aconteceram na última década em escala mundial, identificados com o ideário expresso neste documento, e as indica para o Fórum Social Mundial/2002 como um de seus eixos prioritários. O Fórum Mundial de Educação afirma-se como realidade e possibilidade na construção de redes que incorporam pessoas, organizações e movimentos sociais e culturais locais, regionais, nacionais e mundiais que afirmem a educação pública para todos como direito social inalienável, garantida e financiada pelo Estado, irredutível à condição de mercadoria e serviço, na perspectiva de uma sociedade solidária, radicalmente democrática, igualitária e justa.

EDUCAÇÃO

Fórum Mundial denuncia mercantilização do saber

De 24 a 27 de outubro, Porto Alegre sediou o Fórum Mundial de Educação.
Durante quatro dias, educadores de vários países debateram a situação da educação no mundo globalizado. Uma das principais conclusões do encontro foi de que o avanço da privatização do saber, em escala global, representa uma séria ameaça para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Marco Aurélio Weissheimer



Cerca de 12 mil pessoas lotaram o Gigantinho todos os dias do Fórum Mundial de Educação (de 24 a 27 de outubro), em busca de razões e energia para combater um modelo educacional contaminado pelo discurso da eficiência, do lucro e da competitividade. Nos últimos anos, a capital gaúcha tem sido uma espécie de reservatório de conceitos caros à tradição da esquerda mundial, conceitos que caíram em desuso após a queda do Muro de Berlim. Mas, principalmente a partir da primeira edição do Fórum Social Mundial, em 2001, Porto Alegre passou a ser uma das principais referências internacionais de um movimento que pretende derrubar outros muros. O Fórum Mundial de Educação (FME) é mais um passo nessa direção.

A disposição para lutar contra a transformação da educação em mercadoria ficou clara em todas as intervenções. Na cerimônia de abertura, o secretário municipal de Educação de Porto Alegre e coordenador do FME, Eliezer Pacheco, defendeu a necessidade de construir um modelo de educação popular, solidária e inclusiva, contra um modelo baseado sobretudo na competitividade e no desejo de lucro. Foi mais além e disse que ser educador, hoje em dia, implica ter uma firme posição contra o ne-

oliberalismo. Um ponto polêmico, mas certamente em sintonia com a desconfiança generalizada dos participantes do FME em relação àqueles que vêm à sala de aula como mais um mercado a ser conquistado. O prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, traçou um paralelo entre dois modos de ver o mundo: "há aqueles que olham para o mundo e vêm nele apenas consumidores, sujeitos de compras e vendas, e não sujeitos humanos; há, ainda, aqueles que olham o mundo como um espaço de guerra; mas há aqueles que vêm nele sujeitos humanos, cheios de paixão, esperança, solidariedade, desejos de beleza e de verdade".

A educação como direito

A conferência de abertura do FME tratou do tema "A educação como direito". O sociólogo luso-britânico Steve Stoer, professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação na Universidade do Porto, apresentou uma minuciosa análise sobre o processo de transformação do sistema educacional português nas últimas décadas e sobre a crise da educação pública em geral.

Segundo Stoer, a estratégia de desenvolvimento capitalista, no final do século 20, marcada pela passagem do modelo fordista de produção para o pós-fordista, teve sérias e profundas implicações para o sistema educacional. Uma delas é que a escola democrática – cuja origem remonta aos tempos da Revolução Francesa e aos ideais republicanos da liberdade, igualdade e fraternidade – vem sendo cada vez mais refreada pelo modelo hegemônico da escola meritocrática. Esse modelo, disse ainda Stoer, coloca no mesmo caso os valores científicos, próprios ao processo de ensino, e os valores econômicos plasmados pelas determina-



Debate: conferências do FME reuniram milhares de pessoas no Salão de Atos da Ufrgs (a cima), no Auditório Araújo Viana (centro) e no Salão Nobre da Faculdade de Direito (no alto)

ções do mercado. Em outras palavras, a lógica do mercado está cada vez mais presente dentro das salas de aula e no ambiente que as circundam.

Stoer analisou a tensão entre esses dois modelos à luz da crise do Estado Educador (modelo próprio do Estado Providência) e do surgimento de uma nova classe média na sociedade. Essa nova classe teria surgido justamente da transformação do modelo fordista de produção (o modelo das grandes e pesadas fábricas e suas linhas de produção em série) em um modelo pós-fordista (produção da revolução tecnológica do final do século XX, baseada em novas formas de informação e comunicação). No caso português, muitos dos seus diagnósticos

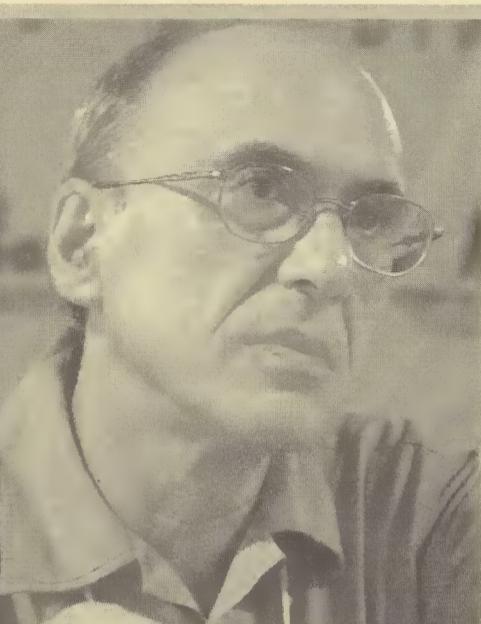
e constatações soaram familiares ao público. Um deles apontou a contradição dessa nova classe média no tocante à educação de seus filhos. Convivem, ao mesmo tempo, o desejo de uma pedagogia da descoberta no ensino médio e fundamental e o de uma pedagogia de acordo com os requisitos do mundo do trabalho. Ou seja, essa nova classe média quer que seus filhos tenham, ao mesmo tempo, um modelo pedagógico que estimule seus filhos a pensar e a estudar e que os prepare para o mercado de trabalho.

O problema é que não há lugar para todos no mercado de trabalho e essa esquizofrenia pedagógica acaba cristalizando e até aprofundando as desigualdades. Stoer foi

Globalização nos afasta do mundo da cultura, diz Charlot

A globalização aceita a diferença de culturas, mesmo não estando muito preocupada com isso. Seu objetivo é integrar toda e qualquer cultura num mesmo mercado global. O problema é que ela está jogando as pessoas para fora do mundo da cultura, na medida em que engendra um processo de mercantilização de todas as dimensões da vida humana. A cultura está sendo transformada em mera informação, o que é algo muito diferente do saber. O dinheiro, erigido à condição de categoria universal, está se tornando o rosto do homem, enquanto dissolve a busca por sentido. Podemos definir esse processo de globalização como a promoção de um universalismo abstrato do dinheiro, que substitui a busca do sentido da vida humana pelo paradigma do consumo. A avaliação é do professor de Ciências da Educação da Universidade Paris VIII, Bernard Charlot, que participou de um painel sobre o problema do respeito às diferenças culturais, durante o Fórum Mundial de Educação.

Em sua intervenção, Charlot disse que não basta ser contra a globalização. Lembrou que a extrema-direita francesa também adota um discurso contra a globaliza-



Charlot: "a globalização é um processo de construção de redes de capital e de informação a fim de constituir um mercado global em que as pessoas não são mais sujeitos em busca de sentido, mas consumidores em busca de mercadorias"

ção econômica, defendendo valores da tradição. Segundo ele, é preciso compreender que a globalização é, fundamentalmente, um processo de construção de redes de capital e de informação a fim de constituir um mercado global em que as pessoas não são mais sujeitos em busca de sentido, mas consumidores em busca de mercadorias. Estamos aqui para construir outra rede, uma rede de solidariedade entre os povos do mundo, uma rede baseada no princípio da igualdade entre todos os seres humanos e na compreensão que nossa essência, como seres humanos, é a busca de sentido. É isso que a globalização de capital e informação está destruindo, e é isso que devemos combater", disse o professor francês.

Após fazer esse diagnóstico da globalização, Charlot deixou uma sugestão prática de como isso pode ser feito no ambiente escolar. Dirigindo-se a milhares de educadores que lotaram o Gigantinho, defendeu que todos os educadores conscientes dos riscos desse processo de mercantilização da vida devem procurar transmitir, não meras informações, mas saberes que alimentem a reflexão sobre o sentido da vida e da nossa condição no mundo.

enfático neste ponto: na nova relação entre escola e mercado de trabalho, a escola não apenas reproduz a desigualdade, mas produz ativamente mais exclusão social. O problema aqui é que o modelo da escola para todos, oriundo da Revolução Francesa, desarticulou-se com o sistema produtivo. Segundo o sociólogo, a escola obrigatoria torna-se uma fonte de injustiça social ou porque deixa sair indivíduos inaptos para o mercado ou porque prende indivíduos em funções médias, burocráticas, dando-lhes a ilusão de uma formação profissional. Aprisionada neste novo modelo, conclui Stoer, a nova classe média começa a perceber que as escolas de seus filhos estão sendo invadidas, ao mesmo tempo, pelos filhos das classes trabalhadoras e pelos filhos das classes minoritárias (de maior poder aquisitivo). Começa a perceber também que o ensino médio já não prepara para a Universidade, não é mais suficiente para promover os estudantes de classe média com uma boa pedagogia de ensino.

A escola, nestas condições, é considerada como uma empresa formadora de mão-de-obra para outras empresas. E, como empresas, as escolas passam a concorrer entre si, em condições extremamente desiguais, tratando o conhecimento como uma mercadoria. Os professores também passam a trabalhar num regime de concorrência. Há alguns super-professores, que trabalham em super-escolas e são muito melhor remunerados que a grande maioria de seus colegas. A escola passa a ser, ao mesmo tempo, uma reproduutora e produtora de desigualdades sociais. Esse é o estatuto do saber, segundo o Banco Mundial, denunciou Cassen.

Neste cenário, o Estado passa a ser um ator secundário. As políticas sugeridas pelo Banco Mundial deixam isso claro, segundo o jornalista francês. Elas não consideram o Estado como um agente necessário para o desenvolvimento do processo educacional dos cidadãos. O mercado passa a ser também fonte de orientação pedagógica. Cassen lembrou que a educação (assim como a saúde, a cultura e outros serviços) passou a ser ponto de pauta das reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC). Alertou que a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) traz o mesmo perigo, ou seja, quer aprofundar nas Américas o processo de transformação da educação, da cultura e do saber em mercadorias. "A educação e a saúde são as primeiras vítimas dessa política de reestruturação global implementada pelo Banco Mundial e outros organismos internacionais", advertiu.

Cassen defendeu a necessidade de consolidar uma política internacional de combate a este modelo. Uma política que considere a educação e o saber como bens públicos universais que não podem ser reduzidos à condição de mercadoria. Para ele, iniciativas como o Fórum Mundial da Educação e o Fórum Social Mundial são decisivas para a consolidação desta articulação internacional. Sua fala deu o tom político que orientou o documento final do FME: um alerta internacional para os riscos da mercantilização do saber e uma convocação ao combate deste modelo.

GLOBALIZAÇÃO

Quase todos os países da União Européia, depois dos choques de Góteborg, parecem caminhar para uma criminalização sistemática dos movimentos sociais, com a mesma posição que antes adotavam com relação aos imigrantes

Uma guinada para o autoritarismo

LE MONDE
diplomatique

CAD
VERSO

Salvatore Pallida*
(versão editada)

Para reconstruir de modo rigoroso os acontecimentos ocorridos em Gênova, no fim de julho, inúmeras informações ainda são inacessíveis. Já se pode, no entanto, analisar o que se passou não como o desencadeamento súbito e imprevisível da brutalidade policial, mas como o epílogo de um encadeamento cujo prólogo foi, além da violência em Seattle (dezembro de 1999) e Góteborg (junho de 2001) – a generalização das práticas de segurança pública adotadas pelos governos europeus, tanto de direita como de centro-esquerda. Como observa o grupo Statewatch, quase todos os países da União Européia, depois de Góteborg, parecem caminhar para uma criminalização sistemática dos movimentos sociais, com a mesma posição adotada anteriormente em relação aos imigrantes.

O plano para a segurança da reunião do G-8 em Gênova foi elaborado, originariamente, pelos governos de centro-esquerda de Massimo D'Alema, e depois de Giuliano Amato, com a colaboração das polícias e serviços secretos das outras seis potências ocidentais. O mesmo se deu com sua aplicação: a supressão dos direitos constitucionais e a militarização da cidade foram organizadas durante semanas, incluindo centenas de investigações, o afastamento de moradores "indesejáveis" e o apelo aos habitantes da cidade para se fecharem em suas casas ou viajarem de férias.

Uma "guerra de segurança pública"

Uma etapa importantíssima ocorreu em 17 de março de 2000, em Nápoles, quando a polícia do governo Amato atacou cerca de trinta mil manifestantes pacíficos, reunidos contra o "Global Forum". Mas, na realidade, e há vários anos, em nome da "tolerância zero", inúmeros policiais, em sua prática quotidiana, davam vazão à violência e ao racismo contra os ciganos, os imigrantes e os marginais. Mais recentes, nas prisões, são os abusos do Grupo Operacional Móvel (GOM): este corpo especial da polícia penitenciária foi formado, no governo de D'Alema, pelo ministro comunista Oliviero Diliberto, o qual, simultaneamente, demitiu o ex-diretor das prisões, Alessandro Margara, tido como preocupado demais com os direitos dos presos, para pôr em prática a orientação do poder quanto à segurança pública. Ora, em Gênova, seriam agentes do GOM que iriam espancar boa parte das pessoas presas.

De fato, a centro-esquerda adotou, há muito tempo, uma linha absurda, em matéria de segurança. A Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL) começou por deixar que a direita assumisse a direção do maior sindicato de polícia para, em seguida, criar um novo pequeno sindicato, e isso quando a prioridade seria juntar os democratas dispersos em vinte e três sindicatos. Por sua vez, a esquerda no poder buscou apenas "fazer melhor que a direita", para conquistar a confiança da polícia, dos serviços secretos e dos exércitos dos países aliados da Otan, especialmente depois da guerra do Kosovo. Estabeleceu-se, assim, um verdadeiro *continuum* entre "guerra de segurança pública" no quotidiano e "guerra humanitária".

Apoio dos fascistas e de Bush

Mas, a exemplo da democracia-cristã, a centro-esquerda acabou por beneficiar as especificidades da polícia e dos serviços secretos sem gozar de qualquer autoridade política sobre esse universo. Aumentou o poder e a auto-

nomia dos *carabinieri*, por exemplo, e, de modo mais geral, cada polícia procurou mostrar sua força para ter o mesmo peso que as demais. E o último ato da centro-esquerda antes das eleições – o "pacote-segurança" – preparou a vitória da "tolerância zero" sob a direita no poder.

Voltemos à primavera de 2001. Em nome de cerca de mil ONGs e de sindicatos, o Genoa Social Forum (GSF) manifesta, repetidamente, sua vontade de negociar com o governo o desenvolvimento de suas propostas durante o G-8. Mas o governo Amato e os dirigentes das polícias recusam qualquer encontro. É verdade que, à época, a vitória eleitoral da direita é tida como certa e que a gestão política da segurança aparece, mais que nunca, como inexistente. Nesse contexto, a instalação do governo Berlusconi-Fini-Bossi, resultado das eleições legislativas de 13 de maio de 2001, ofereceu uma oportunidade extraordinariamente favorável à componente autoritária dos serviços secretos e das polícias, apoiada, no âmbito interno, pelos "pós-fascistas" que, desde então, participam do poder em Roma, e fortalecida, no âmbito externo, pela tendência política de George Walker Bush.

Uma cidade deserta

No dia 18 de julho, sem qualquer explicação, o governo renega todas as suas promessas: os acordos de Schengen são suspensos e centenas de cidadãos dos países da União Européia são brutalmente bloqueados nas fronteiras; um navio, proveniente da Grécia, foi proibido de atracar. Fecham-se as estações ferroviárias de Gênova e diminui-se a velocidade dos trens que trazem manifestantes: estes levarão um tempo quatro vezes maior que o habitual para chegar à cidade. Paralelamente, as autoridades locais assinalam, por escrito, a presença e a localização exata dos Black Blocs. Os próprios dirigentes do GSF indicam com precisão, aos altos escalões da polícia, a chegada de grupos fascistas. Mas as forças de repressão não intervêm contra uns nem contra outros, enquanto controlam várias vezes os acampamentos dos jovens dos centros sociais e dos *tutte bianche*.

Gênova tornou-se, então, um lugar surrealista: uma cidade deserta, sem transporte público nem tráfego privado; policiais por toda parte; longas filas de contêineres colocados ao longo das futuras manifestações... Só se ouvia o barulho infernal dos inúmeros helicópteros e as sirenes totalmente inúteis das viaturas, dos caminhões e das motos das várias polícias. Nunca uma cidade italiana fora tão minuciosamente controlada, nem mesmo du-

rante a II Guerra Mundial. E nunca se vira uma tal concentração de policiais uniformizados e à paisana numa cidade transformada em deserto.

"Nenhum cidadão sofreu danos..."

Foi nesse contexto que um jovem *carabinieri* auxiliar, de dentro de uma caminhonete, matou com sua pistola o jovem Carlo Giuliani... Presente "por acaso", com outros deputados de seu partido, ao quartel-general dos *carabinieri*, o vice-presidente do Conselho, o pós-fascista Gianfranco Fini, alegou, imediatamente, o argumento da "legítima defesa". Assim como todos os seus colegas do governo, ele justificaria o encarniçamento das forças de polícia contra manifestantes absolutamente pacíficos. Mais grave ainda, a polícia violou as normas democráticas mais elementares. Não só as pessoas presas não podiam se comunicar com ninguém, mas sofreram verdadeiras torturas. Maltrataram, e até espancaram, advogados, jornalistas, médicos e mesmo parlamentares próximos do movimento. Policiais e *carabinieri*, que com freqüência apregoam seu credo fascista, consideraram-se autorizados, por um governo que os acobrava integralmente, a cometer qualquer abuso.

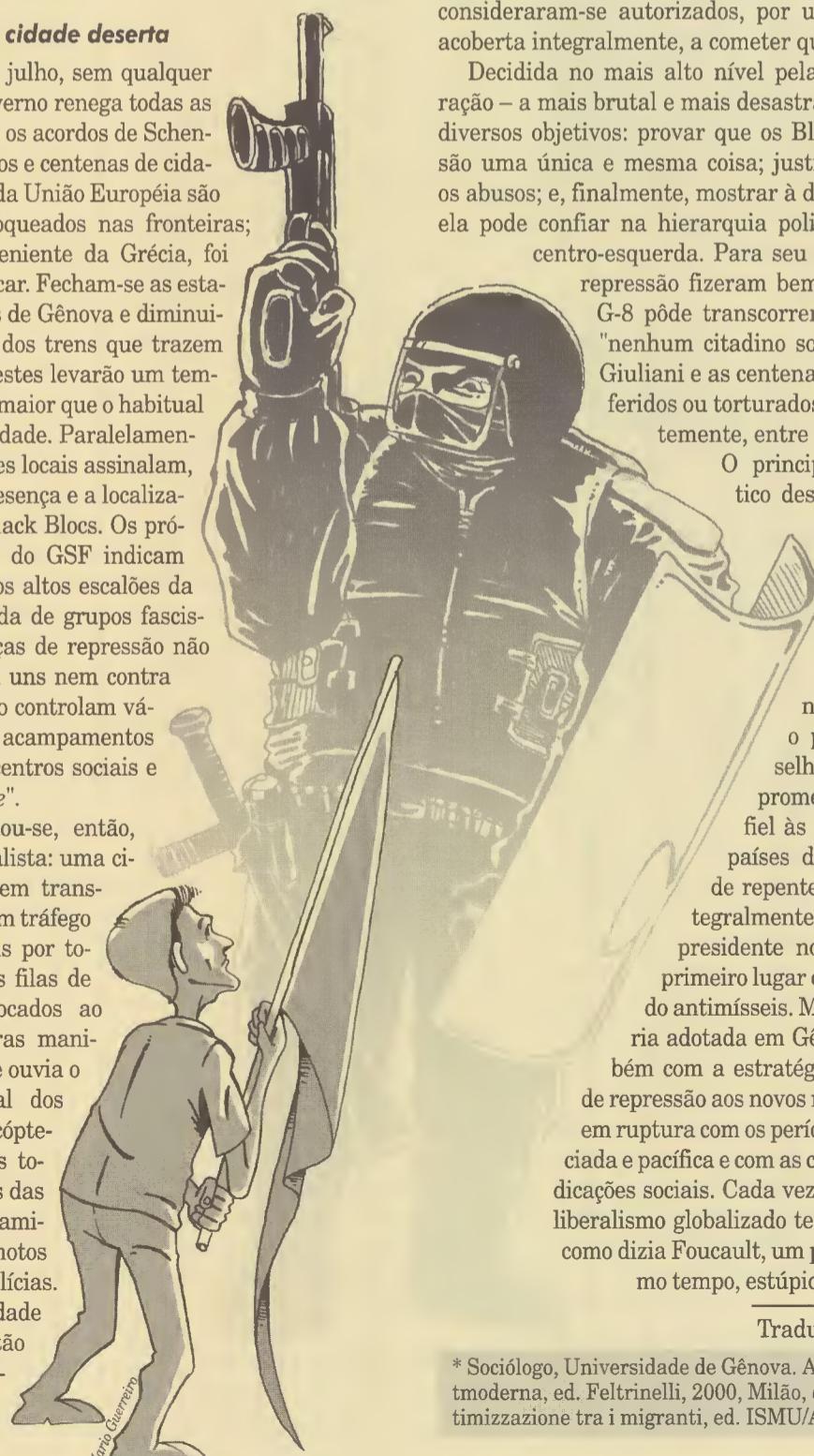
Decidida no mais alto nível pela polícia, essa operação – a mais brutal e mais desastrada de todas – teve diversos objetivos: provar que os Black Blocs e o GSF são uma única e mesma coisa; justificar a violência e os abusos; e, finalmente, mostrar à direita no poder que ela pode confiar na hierarquia policial nomeada pelo centro-esquerda. Para seu chefe, as forças de

repressão fizeram bem o seu trabalho, o G-8 pôde transcorrer sem problemas e "nenhum cidadão sofreu danos". Carlo Giuliani e as centenas de manifestantes feridos ou torturados não estão, evidentemente, entre os cidadinos...

O principal resultado político dessa "gestão" do G-8 se evidenciaria no dia 23, por ocasião do encontro, em Roma, entre Berlusconi e Bush. Enquanto, na semana anterior, o presidente do Conselho italiano se comprometera a permanecer fiel às posições dos outros países da União Européia, de repente ele subscreveu integralmente as propostas do presidente norte-americano, em primeiro lugar em matéria do escudo antimísseis. Mas a linha autoritária adotada em Gênova coincide também com a estratégia norte-americana de repressão aos novos movimentos sociais, em ruptura com os períodos de gestão negociada e pacífica e com as concessões às reivindicações sociais. Cada vez mais, o império do liberalismo globalizado tem medo e se torna, como dizia Foucault, um poder que é, ao mesmo tempo, estúpido e capaz de matar.

Tradução Iraci D. Poleti

* Sociólogo, Universidade de Gênova. Autor de *Polizia postmoderna*, ed. Feltrinelli, 2000, Milão, e de *Devianza e victimizzazione tra i migranti*, ed. ISMU/Angeli, 2001, Milão.



CORREÇÃO

No número anterior do Adverso, parte do texto da entrevista realizada com o professor Jorge Quillfeldt acabou suprimida. Como esta supressão abrangeu o final da questão 1 e toda a questão 2, reproduzimos, a seguir, a íntegra das mesmas.

Jorge A. Quillfeldt - professor titular do Depto. de Biofísica do Instituto de Biociências / Ufrgs

A gratuidade no ensino de pós-graduação

1) Do seu ponto de vista, que atividades de Ensino podem ser não gratuitas na UFRGS?

É preciso tomar cuidado com perguntas como essa, no caso, um exemplo da falácia clássica da "questão complexa", pois, na verdade, contém duas questões interdependentes embutidas: se eu responder simplesmente "esta" ou "aquela", estarei automaticamente respondendo à questão embutida ("pode ser não gratuita"?), queira ou não. Então vamos dividí-la adequadamente: (1) Alguma atividade de Ensino pode ser não-gratuita numa IFES? (2) Se pode, qual? Se não pode, a pergunta desaparece. Comecemos pela primeira questão.

A resposta a esta pretensão pode ser dada em dois níveis. No primeiro nível, devemos simplesmente lembrar que acabar com a gratuidade é ilegal. Mais que ilegal, é inconstitucional, já que fere um direito assegurado na Constituição Federal, que, em seu artigo 206, prevê a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (alínea I) e a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (alínea IV). Enquanto não atropelarem e arrancarem esse artigo do texto fundamental, quem cobra está cometendo infração grave. Não é preciso ser um grande constitucionalista ou jurista emérito para saber ler o artigo 206.

Mas há um segundo nível de argumentação, que analisa a lógica interna da proposta de acabar com a gratuidade: essa cobrança, além de ser um flagrante de (a) bitributação (se já pagamos impostos, por que vamos pagar de novo?), (b) não ajuda muito no custeio total da instituição (ela continua pesadamente mantida pelo Estado - no Chile, um dos casos mais radicais, ela não passa dos 25%, e nos EUA fica ao redor dos 10-15%), (c) representa uma "economia" mesquinha para a União (que, é claro, precisa gastar em coisas mais importantes, como o PROER...) e (d) serve, no fundo, apenas para "filtrar" alunos conforme sua procedência social.

Então, se cobrar dos alunos efetivamente não desonera a União de sustentar a Instituição (e representa economia ridícula), a grande consequência de se cobrar numa IFES é que se estará impondo um filtro social: só entra quem paga. Isto está em contradição não só com o artigo 206 da Constituição, mas com todos os seus pilares fundamentais que visam assegurar igualdade de direitos e oportunidades indiscriminadamente a todos os cidadãos. Quem se opõe a um princípio como este?

Tenta-se construir um consenso pelo fim da gratuidade nas IFES, promovida por representantes do governo e seus seguidores no seio da academia. Há vários anos fala-se em cobrar mensalidades na graduação. Agora descobriram que pode ser mais fácil começar pela pós-graduação, talvez explorando a relação esquizofrênica, desconectada que graduação e pós-graduação estabeleceram nas Universidades Públicas. O mais lamentável é que a fonte desta ideologia elitizante não é daqui, não é brasileira: as políticas nacionais de educação foram todas projetadas fora do país (leia-se Banco Mundial e FMI). Entre outras saudáveis "recomendações", o Banco Mundial propõe acabar com a gratuidade para aumentar a "auto-sustentabilidade" das instituições "públicas" de ensino superior (Ver: Higher Education: The Lessons of Experience, publicação do The World Bank, Washington, D.C., 1994, especialmente no Cap. 3 em "Cost-Sharing with Students").

Essa constatação costumava levantar os cabelos de gente inteligente e ilustrada, mas hoje parece que boa parte da intelectualidade já se assumiu como habitante de uma colônia e acha charmoso que seja assim.

É verdade que se cobram várias coisas nas IFES. Há um conjunto de taxas (de baixa monta) tradicionalmente aplicadas em atividades administrativas, mas elas são mais voltadas a solicitações ocasionais, logo, não impõem ônus discriminatório aos usuários finais. Há também os cursos de Extensão, prática antiga, mas que geralmente investe na auto-sustentação da própria atividade e não envolve verdadeiro "lucro", muito menos complementação salarial dos docentes envolvidos.

Todos sabemos que há muitos desajustes no sistema de ensino público, em todos os níveis, especialmente na sua qualidade, e por isso muitos dos que chegam ao ensino superior público (cerca de 60% na UFRGS) são das famílias de melhor renda, que puderam custear escolas melhores: mas não esqueçamos que há os outros 40%. A meu ver, só isso já serviria, em si, de argumento. Não esqueçamos também que aqueles 60% já pagam seus impostos (se não o fazem, deveriam).

Uma regra discriminatória como "cobrar pelo ensino" seria corrigir um erro (falhas do sistema nacional de ensino público) com outro (impõe cobrança que serve de filtro conforme renda familiar): dois erros não fazem um acerto.

Enfim, respondendo à pergunta 1, a meu ver, nenhuma atividade de ensino poderia ser "não gratuita" numa IFES. A defesa da Gratuidade não é uma posição moral (embora até possa ser para alguns): é uma das várias expressões legais das conquistas de uma sociedade democrática vivendo em um estado de direito. Os direitos básicos assegurados são essencialmente os direitos humanos, que incluem a igualdade de direitos e oportunidades: o ensino público, gratuito para os usuários e custeado pelo Estado, é uma forma de compensar pela crueza do regime econômico capitalista, que se baseia apenas na exclusão, e ainda é um direito assegurado pela Constituição, nolens volens os oportunistas.

A pergunta (2), acima (já que dividimos a questão original em duas), não precisa, portanto, ser respondida.

2) O número de docentes na UFRGS decresce, já que praticamente não existem novas contratações. As atividades universitárias relacionadas com novos cursos de mestrado profissionalizante e pós-graduações interinstitucionais podem demandar uma carga horária significativa. Como conciliar estas atividades com os cursos de graduação, mestrados e doutorados já existentes, de forma a não prejudicar a qualidade de desses últimos?

Não me parece possível conciliar ambas as coisas. E exatamente aí reside o problema dos novos cursos pagos: eles estão sendo introduzidos para compensar nossos problemas salariais e de escassez de recursos institucionais.

Até hoje, as únicas formas de um docente ou funcionário receber algum complemento ao seu salário (ainda que a ele não se incorpore) são mediante Prestação de Serviços ou recebendo uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq (ou análogo). A política de Prestação de Serviços foi regulamentada pela Resolução

35/93 do antigo COCEP (de 29/12/93) e pela Portaria No 5518 de 23/11/94, que, muito embora discipline várias atividades esporádicas envolvidas em Convênios, Contratos e Acordos, deixa muitas brechas. Isso para quem segue à risca o que a lei ordena.

Mais recentemente a situação recrudesceu com dois episódios não totalmente desconexos: a cobrança ilegal que vários cursos de pós-graduação strictu sensu faziam dos pós-graduandos, o que foi resolvido na justiça (que mandou devolver o dinheiro), e a criação de uma nova categoria de cursos de pós-graduação, os "Mestrados Profissionalizantes" (MPs). Estes, sim, foram fatos novos e preocupantes. Na verdade, esses talis MPs são apenas os antigos cursos de "Especialização", ou pós-graduação lato sensu, rebatizados, porque a palavra "mestrado" adquiriu, hoje, mais glamour no mercado.

Mas os MPs não vieram apenas para glamurizar a Especialização: apoiado por resoluções discutíveis do MEC (baseadas na nova LDB) e da CAPES, estes cursos estão sendo criados como não-gratuitos. No fundo é sua grande razão de ser. Resta um problema: não há previsão legal de como esse "lucro" advindo da cobrança nestes cursos "especiais" possa ser transformado em "espécie remuneratória" complementar aos docentes envolvidos. O CONSUN debateu muito languidamente estes cursos desde seu começo e já haviam articulações para aprovar os primeiros casos. O pragmatismo mais simplista tem vencido. Ninguém pensa nas consequências a longo prazo para a Universidade. Temos, todos, sido muito tolerantes com o avançar dessa "catraca dos fatos consumados" e estes cursos têm se expandido, um grande problema que teremos de enfrentar de forma consistente.

O problema de abrir essa nova frente de atividades que (creem seus defensores) poderia melhorar os salários de (alguns de) nossos colegas, é que tal "inovação", além de ilegal, estaria sendo introduzida em um momento de profundo desprestígio da categoria docente, salários ruins e infra-estrutura precária, o que só fará por predar sobre nossas atuais fraquezas. Os colegas envolvidos nestes cursos "especiais" necessariamente acabarão se dedicando mais a eles que às obrigações acadêmicas "comuns". Sai perdendo a instituição. Mais cursos pagos serão criados, e mais e mais colegas irão em busca dessas novas "bicos", ansiando pela complementação salarial, e desatendendo a graduação "comum", a pós-graduação "comum" e a extensão "comum". É óbvio que esse fluxo migratório crescerá, e, com menos docentes para fazer todo o trabalho que já existe, os MPs e assemelhados serão como um verdadeiro Cavalo de Tróia da Universidade Pública brasileira. Outros instrumentos regimentais estão sendo produzidos nesta mesma linha, como o anteprojeto da "Lei de Inovação" (que merece uma discussão à parte). Em comum, todas essas iniciativas pensam muito em como motivar os indivíduos, mas nenhuma delas tem uma política que proteja a instituição Universidade.

A íntegra desta e de outras entrevistas está disponível no sítio da Adufrgs (www.adufrgs.org.br) na seção Debate: a gratuidade no ensino de pós-graduação.

Antônio Martins*

Conselho internacional condena a guerra

Mais de 50 movimentos sociais e organizações ligadas à luta pela transformação social em todo o mundo participaram da segunda reunião do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial (FSM), em Dakar (Senegal). O encontro foi marcado pelo debate sobre os atentados de 11 de setembro e a guerra de revide. As intervenções se concentraram na necessidade de rearticular a resistência global ao neoliberalismo e lutar por alternativas. Também foi discutida em detalhes a arquitetura do FSM 2002. Estão previstas mudanças importantes em relação ao encontro deste ano.

Estavam presentes a Dakar alguns dos personagens mais destacados do movimento global contra o neoliberalismo. O francês Bernard Cassen, presidente do grupo ATTAC em seu país, lembrou que a própria característica internacionalista do movimento faz dele um antídoto aos preconceitos e aos ódios étnicos. "Aqui, árabes e judeus, negros e brancos, latino-americanos e estadunidenses, muçulmanos e cristãos, convivem e buscam juntos um mundo marcado pela solidariedade", afirmou.

Na opinião do filipino Walden Bello, do Focus on the Global South, os Estados Unidos têm objetivos imperiais bem definidos: "O World Trade Center ainda estava em chamas quando o secretário de Comércio dos EUA afirmou que a melhor maneira de combater o terror é ampliar o livre comércio". Bello defendeu que o movimento não deve recuar de suas posições estratégicas: "Só mantendo acesa a esperança de um mundo novo, desmercantilizado, poderemos nos apresentar como alternativa aos projetos do Império".

Representando o Fórum Mundial das Alternativas, o belga François Houtart destacou que "é preciso articular os novos movimentos com as organizações dos trabalhadores, que se opõem diretamente ao capital. Precisamos compreender que se trata de culturas diferentes de resistência e que a tarefa não é fácil, no entanto, continua indispensável".

Mais de 50 mil pessoas são esperadas em Porto Alegre, durante o FSM 2002. Para que todos tenham oportunidade de participar ativamente das atividades, os organizadores decidiram descentralizar o evento. As grandes conferências devem ocorrer em anfiteatros para 2 mil pessoas, pelo menos. Seu número passaria de 16 para 26. As oficinas e seminários devem se multiplicar, assim como os grandes debates com personalidades da resistência ao capitalismo global.

*Jornalista e membro do Conselho Internacional do FSM

Hélio Trindade - Professor-titular de Ciência Política e ex-reitor da Ufrgs

Universidade pública: sonho ou realidade?

Recente artigo do ministro de Educação apresenta uma visão das universidades públicas brasileiras que mais parece um sonho construído a partir das estatísticas governamentais do que a dura realidade que elas enfrentam. Esta tem sido indiscutivelmente a grande competência do governo: produzir estatísticas sem que nenhuma política consistente para as universidades federais tenha sido implementada pela "república dos professores". A realidade se confunde com a pirotecnia dos números ao afirmar: "ao contrário de um desmantelamento têm havido avanços significativos".

É curioso que a metade do artigo seja dedicado ao ensino básico. Segundo a cartilha do Banco Mundial, o MEC valorizou o ensino fundamental em detrimento do superior, colocando duas prioridades legítimas como antagônicas. Embora considere que é um "falso dilema", fatos públicos e notórios contradizem o ministro.

O primeiro é apropriação indébita do

desempenho da pós-graduação como obra do governo. A Capes e o CNPq são agências cincuentenárias e, apesar de estarmos num período de vacas magras, elas têm assegurado um mínimo de continuidade ao último setor que resiste ao desmantelamento. Grande parte desses méritos devem ser debitados aos seus docentes-pesquisadores formados nas últimas décadas.

Quanto ao "provão", apesar de seu efeito midiático, seus resultados não trouxeram nenhum investimento para as Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior) onde se encontram os melhores cursos de graduação, nem produziram políticas corretivas para os cursos de baixa qualidade das instituições privadas que seguem funcionando regularmente.

Num país em que 66% das matrículas do ensino superior são privadas (o sétimo num ranking onde os USA são vigésimo), o governo devia gabar-se de estar estimulando este setor dominado por empresas educacionais, geralmente, de baixo nível

de qualidade. Para comprovar esta assertiva basta lembrar as demissões públicas de amigos de FHC – os professores José Arthur Gianotti e Eunice R. Durhan, do Conselho Nacional de Educação (CNE), por discordarem dessa orientação do MEC.

Fracassaram também sucessivos projetos de autonomia universitária, transformando essa reivindicação histórica em um mero instrumento de negociação orçamentária com o MEC para hierarquizar as universidades públicas. Este fracasso, além de manter o controle financeiro e patrimonial das IFES pelo governo, inviabilizou os empréstimos do BNDES destinados à expansão física das públicas que acabaram utilizados em benefício das instituições privadas.

Paradoxalmente não há no texto nenhuma palavra sobre a situação dramática dos servidores técnico-administrativos, que não recebem qualquer aumento ou gratificação há seis anos, a quem o presidente ofereceu 3,5% para o ano que vem.

Renato Dagnino - Professor titular da Unicamp

Risco, crise e oportunidade da Universidade Pública

O artigo do ministro Paulo Renato ("Universidade Pública: Risco ou oportunidade"), publicado na Zero Hora de 20 de setembro, me faz recordar algo que ele mesmo sabe: "risco" e "oportunidade" é a combinação de ideogramas que os chineses usam para denotar o conceito de "crise". Meu argumento é que, ato falho ou não, ele parece empenhado em aumentar o risco que corre a Universidade Pública, aprofundar sua crise e reduzir a oportunidade de que ela possa subsistir.

No artigo, ele adota uma lógica de desempenho X retribuição – ou resultado X remuneração – para avaliar o que ocorreu nos últimos anos nas IFES e mostrar que não existe "desmantelamento" ou crise, mas "avanços significativos".

Primeiramente, mostra os avanços obtidos: expansão de vagas, do número de cursos, da produção científica, do número de titulados, qualificação do corpo docente etc. Depois de mostrar o "lado resultado", que, como comenta o professor Hélio Trindade em réplica ao artigo citado, deve ser debitado aos docentes, o ministro apresenta o "lado remuneração".

Mas quando se esperava que ele fosse

mostrar o que o MEC havia feito para alavancar tal avanço ou retribuir os responsáveis por ele (melhoria do salário, contratação de professores, aumento do dispêndio com as IFES etc.) ele só falou da Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Segundo ele, através da GED os professores teriam tido "um reajuste (sic!) de 30% a partir de janeiro de 2000" e ter-se-ia logrado "um acréscimo de 62,5% na remuneração global...".

Sem entrar na veracidade da assertiva (até agora espero do MEC a informação necessária para completar a análise que fiz da primeira rodada da GED!) me parece que, de novo, o ministro se equivoca em pelo menos três aspectos:

- a GED é um "adicional de produtividade" concedido individualmente. Nada tem a ver com um "reajuste", como tergiversa;

- o fato de praticamente todos os professores terem recebido, já na primeira rodada, algum adicional pela aplicação dos critérios estabelecidos pelo MEC (muitos deles por eles publicamente questionados), evidencia seu compromisso e dedicação;

- o crescimento do número de profes-

sores que alcançaram a pontuação máxima na segunda rodada mostra que eles, independentemente da adequabilidade da GED à situação em que se encontram as IFES, muito distinta das norte-americanas, por exemplo, quando se implantou o "merti pay", responderam ao desafio colocado.

Em resumo, ao contrário do que dá a entender o ministro, quando diz que espera ver os professores "empregar suas energias críticas e criativas" para enfrentar o "desafio" da universidade, estes estão se esforçando – e os resultados da GED são uma demonstração disto – para tanto.

Ato falho ou não, a menção no título do artigo a "risco" e "oportunidade" e sua disposição de convencer seus compatriotas de que não existe "crise", nos faz recordar que o que deveria ser um desafio de todos – melhorar a universidade para aproveitar as oportunidades do futuro – está sendo por ele transformado numa crise sem paralelo. Uma crise arquitetada talvez para aumentar o risco de que a Universidade Pública sucumba e para que, de suas ruínas, surja a oportunidade de um novo arranjo mais coerente com os objetivos do governo que ele compõe.



A voz da crítica canadense no feminismo

Se os parâmetros da crítica literária estão cada vez mais tênues e se a própria definição de "mulher" consegue desafiar qualquer consenso frente às múltiplas versões e (re)visões do feminino e das configurações de gênero, o panorama quase caótico deste cenário "pós" parece não abalar a convicção destas 22 mulheres aqui reunidas de que um projeto comum é desejável e possível.

Brasileiras do sul e do centro, canadenses do leste e do oeste, feministas, não-feministas, quase-feministas (re)unem-se nesta parceria acadêmica (mas nem por isso menos política) para dar visibilidade a uma relação cada vez mais forte entre duas complexas nações multiculturais – o Canadá e o Brasil.

Desta vez são 11 artigos críticos de autoras canadenses, traduzidos por experientes pesquisadoras brasileiras da área de literatura canadense em inglês e em francês. A organização de Núbia Hanciau, Eliane Campello e Eloína Prati dos Santos é inteligente e cuidadosa. Embora com um eixo comum – a produ-

ção literária feminina – o panorama é amplo e variado. Encontram-se aqui escritoras, como Nancy Huston e Nicole Brossard; "tradutoras" da literatura anglófona e francófona, como Barbara Godard e Lori Saint-Martin; teóricas da literatura, como Linda Hutcheon – todas imbuídas do aguçado senso crítico de sua prática acadêmica e da visão transcultural de sua condição nacional. Os interesses também são múltiplos: do pós-colonialismo de Diana Brydon e Mary Jean Green à questão das escritoras migrantes (Lucie Lequin), nativas (Helen Hoy) e negras (Barbara Godard) e da escrita memorialista feminina de Barbara Havercroft e Louise Dupré.

As vozes da crítica literária canadense, em sua variedade e em seu ecletismo cultural, estão muito bem representadas. Quanto ao fato de estas vozes estarem no feminino, isto deverá causar maior estranheza a nós do Brasil do que a canadenses em geral. A consolidação da Literatura Canadense como disciplina acadêmica, ou seja, como campo de estudo distinto das literaturas inglesa e francesa ensinadas nas escolas, é relativamente recente, tendo surgido sob a égide dos movimentos anticonservadores da segunda metade do século XX. Suas antologias e histórias literárias não contemplam, pelo menos não com a mesma intensidade das nossas, o masculino hegemônico como norma ou padrão. Assim, as vozes aqui reunidas nos fornecem não só um panorama verdadeiramente representativo da crítica feminina/feminista, mas um recorte amplo e variado da crítica canadense como um todo – de uma literatura fértil, original, preocupada com o transculturalismo, com a condição pós-colonial e com as identidades híbridas e fluidas de nacionalidade, raça, gênero e linguagem. (Prefácio)

Lançado no dia 13 de novembro de 2001 no Salão Itamaraty do Hotel Embaixador, durante o VI Congresso da Abecan

Nubia Jacques Hanciau
Eliane T. A. Campello
Eloína Prati dos Santos
Organizadoras

Nicole Brossard
Diana Brydon
Louise Dupré
Barbara Godard
Mary Jean Green
Barbara Havercroft
Helen Hoy
Nancy Huston
Linda Hutcheon
Lucie Lequin
Lori Saint-Martin



A VOZ DA CRÍTICA
CANADENSE
NO FEMININO

Editora da Furg

ORELHA

O MUNDO DAS ALTERNATIVAS



O Mundo das Alternativas
Pequeno dicionário para
uma globalização solidária
Jéferson Assumção
e Zaira Machado

Livro que traz uma seleção dos principais conceitos discutidos no Fórum Social Mundial 2001 e movimento antiglobalização econômica. Ilustrado. 110p. Veraz Editores. R\$ 18,00.



A CONSTRUÇÃO
DE UM MUNDO MELHOR

Fórum Social Mundial
A construção de
um mundo melhor
Org. Antonio David Cattani

A obra de referência do Fórum Social Mundial. Traz textos de palestrantes no evento realizado em janeiro de 2001 em Porto Alegre, cobertura jornalística, fotos e os principais documentos. Corag-Editora da Universidade-Vozes-Unitrabalho-Veraz. 287p R\$ 30,00.



O método 2
A vida da vida
Edgar Morin
Terceiro livro da série O
Método que a editora

Sulina vem publicando de trás para diante (saíram o 4, 3 e o 2), bem no espírito da obra do sociólogo e filósofo francês. Sulina. 528p.

WWW

Cibercultura

www.nova-e.inf.br
A revista Nova-e.inf.br traz matérias sobre nova economia, cibercultura, comportamento, Internet e ativismo.

Ecologia

<http://www.socioambiental.org/>
website/
Página do Instituto Socioambiental. A ONG denuncia o desenvolvimento predatório e socialmente excludente, apresentando propostas para a sustentabilidade socioambiental.

Este poema foi escrito pelo aluno do Instituto de Letras, Setor de Espanhol, **Alexandre Marques Velho**, após o ato público em defesa da Universidade Pública, no Salão de Ato da Ufrgs. Em mensagem enviada ao jornal Adverso, ele justifica: "Acredito que só com educação e luta vamos conseguir fazer um país melhor. Este poema é minha indignação, é a indignação dos meus amigos e professores. É uma voz que quer ser levada adiante... Este poema é o produto de um amor por este país. É o não suportar ficar quieto enquanto nos roubam a luz. É minha mensagem..."

Indignação

Sinto o peito meu abalroado

Pela prensa da imprensa
Que atordoa a unidade deste povoado,
De forma vil e intensa
Levanta bandeiras e ataca
Nossas mentes, corpos; ilude-nos e nos massacra!

Em deliberada hipocrisia assalta

A inocência dos nossos filhos
Torna a vida mais e mais angustiada e incauta
Envenena os homens de negócio, as donas de casas, as boas
senhoras e até aos andarilhos
Que nos jornais buscam um pouco de calor
E sufocados morrem em nossa própria dor...

Sinto minha dignidade manchada de petróleo

Nesta encruzilhada da vida
Desdita e fadada às sardinhas embebidas em óleo
Enquanto malditos urubus se alimentam das minhas feridas
De lutas sem conquistas nem vitórias
Neste caminho árduo pela história

Sinto imensurável indignação

Com a perseverança da inumanidade
Que permeia as veias e artérias da nossa nação
Traumatizada pela impunidade
Destes que a cada dia nossas mãos atam
E friamente nos matam

De fome, de cólera, de peste, de tristeza...

Sinto que cortam nossos pulsos,
Nossas asas, sonhos, belezas,
Impulsos...
Podam nossas raízes e levam de nós até o suspiro
Saqueiam nossos últimos recursos num espirro

Até quando?

Só quero que esta terra que nos abriga
Seja novamente abençoada com um céu azul anil
Que todas nossas diferenças e intrigas,
Amor se tornem por este Brasil
E assim, o homem que aqui grita
Seja o colosso que aqui habita...

Será que desejo o impossível?

Se o impossível isto for
Prefiro a morte!



Mirra: "Os fundos setoriais são um esforço que faz com que também o setor privado se associe ao custeio dessas pesquisas"

AD verso **O que o senhor destaca como mais importante nesses 50 anos de CNPq?**

Evandro Mirra - O CNPq representa a própria institucionalização da produção de conhecimento no País, operando basicamente em três eixos. O primeiro foi o de formação de recursos humanos. Não há nenhum segredo: o grande patrimônio é a formação de pessoal. O CNPq concedeu ao longo de sua história 683 mil bolsas. Nos primeiros 20 anos, de 1951 a 1970, foram 9.930 bolsas. A partir daí, a cada cinco anos vai dobrando. E isso não veio do céu, mas foi uma mobilização imensa, organizada dentro da comunidade científica, com o papel fundamental da SBPC, depois, da Academia Brasileira de Ciências, das sociedades científicas, com a sensibilização de setores empresariais que tinham descoberto a mina de ouro. Então houve um esforço político de fôlego que culminou em 1986 com a aprovação, no Congresso, da lei da meta de formação de 40 mil bolsistas. O segundo foi voltado para a questão das condições de realização das pesquisas. É curioso que o programa mais antigo que o CNPq tem é de concessão de bolsas para a formação de pessoas. No começo, para o exterior. Outro foi o das bolsas de produtividade de pesquisas. Foram concedidas, primeiro, para criar a figura da dedicação exclusiva. Quando o CNPq foi criado, não existia nas universidades brasileiras o horário integral de dedicação exclusiva. Então, as bolsas de produtividade eram concedidas dessa maneira. Elas podiam ser ou salários ou uma complementação de salário, mas a idéia era criar a profissionalização do pesquisador. Nasceu com isso a busca das formas de apoio, que foram os programas de fomento, nos quais o CNPq financia projetos. O terceiro eixo é que qualquer agência de fomento tem dever de inteligência, que obriga uns certos papéis. Para operar como agência de fomento ela necessariamente tem que ter antenas para o que está se passando no País e no mundo. Ela recolhe informações que outras entidades não recolhem. Isto faz com que ela passe a perceber algumas coisas. A agência tem este dever de antevições. O CNPq, por exemplo, foi responsável pela introdução da internet no Brasil. Para aqueles que participaram da aventura é extraordinário, porque quando o CNPq criou a Rede Nacional de Pesquisas (RNP), em 1987, e começou a criar a estrutura material (copiadores, servidores etc) e a qualificar pessoas que tinham experiências de redes e a dialogar com a sociedade, a incompreensão foi total. Eu participei de várias caravanas, onde a gente ia discutir com associações comerciais e indústrias e nos olhavam como se fôssemos marianos, como dizendo: isso é coisa de ficção científica. Alguns anos depois, a internet tem o lugar que tem hoje. Então esse é um dever de uma agência como o CNPq, porque ela percebeu isso e investiu pesado.

Adverso - Já que ela tem essa vocação, o que se pode vislumbrar para o futuro da tecnologia no

"A pesquisa é vulnerável, mas não frágil"

No início de outubro, o cientista Evandro Mirra deixou a presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para comandar o Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE). O novo órgão deverá fazer o amálgama responsável pela ligação de institutos públicos e empresas que pesquisam no Brasil. A principal função, no entanto, será munir esse pessoal com informações precisas. Dia 18, Mirra esteve em Porto Alegre participando de uma homenagem aos 50 anos do CNPq, feita a pedido da deputada Jussara Cony (PCdoB). Nessa entrevista ele fala de meio século de CNPq e do que espera de sua atuação à frente do CGEE.

Jéferson Assumção

Brasil? Como está hoje?

Mirra - Existe por um lado uma dimensão de apreensão, por outro lado motivos legítimos de uma expectativa positiva. O de apreensão é que a construção do empreendimento científico brasileiro sempre se fez em condições de dificuldades e há perigos que rondam permanentemente este empreendimento. Nós sabemos que é muito difícil construir e muito mais fácil destruir. A pesquisa hoje está institucionalizada basicamente nas universidades. Começa com um volume de produção enorme em institutos públicos de pesquisa, com uma participação ainda limitada do setor privado. É um esforço de resultante positiva, mas ameaçado permanentemente pela relativa pouca compreensão do que é o empreendimento e pelas dificuldades históricas endêmicas e de aporte de volumes compatível e que seja sustentado permanentemente. E para uma atividade como essa é fatal se você tem oscilações. Esses riscos não devem ser minimizados e estamos suficientemente sofridos na história brasileira para saber que todo o cuidado com isso é pouco. Por outro lado, é importante destacar duas coisas: primeiro é que hoje já existe uma comunidade de pesquisa no País, o que significa que as condições de vulnerabilidade, fragilidade, de 30 anos atrás, não existem mais. A comunidade, hoje, ela é vulnerável, mas não é frágil. É robusta. Essa robustez vem de ela produzir conhecimento, tem competência comparável com o que se faz

" De 1951 a 1970, foram 9.930 bolsas. A partir daí, a cada cinco anos dobra "

no melhor do mundo. É curioso porque, internamente, somos todos muito críticos e é necessário que sejamos assim permanentemente, mas se nós nos afastamos e olhamos, com um olhar externo, os indicadores são de alta qualidade e uma grande competência no padrão internacional. Este é um lado positivo. Embora ainda em volume abaixo do nosso potencial, já são produtos significativos, empreendimentos de alto valor e de impacto. O outro lado positivo está materializado nisso que tem sido a criação dos fundos setoriais e nos esforços associados a uma legitimação política maior e num embasamento maior.

Adverso - Que avanços o senhor vê na criação dos fundos setoriais?

Mirra - Na história brasileira, até agora, apenas o setor público custeou aquilo que depois beneficia os setores público e privado. Os fundos setoriais são um esforço que faz com que também o setor privado se associe ao custeio dessas pesquisas. Assim, você vai socializar mais amplamente. O setor público não só deve continuar a investir, mas investir cada vez mais. Mas não é correto que ele invista sozinho. Os frutos são da sociedade brasileira como um todo, portanto é lógico, natural e normal, como acontece nos países desenvolvidos, que o custeio das atividades também seja compartilhado.

Adverso - O que isso pode trazer para o futuro da ciência e tecnologia no Brasil?

Mirra - Há 30 anos atrás você não tinha dez mil pessoas

no Brasil envolvidas com isso. Hoje temos uma comunidade de cerca de 200 mil pessoas, que estão envolvidas profissionalmente com a pesquisa. São 50 mil docentes pesquisadores, 30 mil alunos de doutorado, mais 60 mil de mestrado e 60 mil bolsistas de iniciação científica. Isso já é uma comunidade significativa, mas que está muito aquém do nosso tamanho como país e de tudo aquilo que a pesquisa significa. Para o futuro, a primeira coisa forte e clara é que existe, para a consolidação desse projeto, a necessária expansão dele. A segunda coisa é que a pesquisa deve crescer em sintonia com o que são as questões na fronteira do conhecimento. Elas irradiam o novo por todo o sistema. Mas ao mesmo tempo nós precisamos aprender a ter mais desenvoltura na ressonância com a nossa vizinhança imediata. É preciso não ficar indiferente ao meio que nos cerca. Estou lembrando, apenas, que temos que encaminhar mais e mais rapidamente a nossa capacidade de ter uma leitura do universo em que estamos imersos, de forma a gerar ressonâncias aqui dentro.

Adverso - Quais são as suas prioridades frente ao Centro de Estudos Estratégicos? O que o senhor estabelece como metas?

Mirra - Colocá-lo de pé, em primeiro lugar. É preciso, primeiro, implantar o centro, o que não é uma tarefa pequena. A resistência e as dificuldades do parto, as dificuldades do nascimento são inúmeras e se materializam de todas as formas, de natureza jurídica, custeio, construção do seu espaço. Segundo: deslanchá-lo efetivamente. E temos pouco tempo. É necessário que os fundos setoriais sejam implantados com um grau de eficiência e sucesso alto. Não é uma coisa para a qual a gente possa ter muita chance. É preciso essencialmente acertar. Já é absolutamente divisível que é necessário um trabalho de articulação concentrado, um esforço atento para isso. Em seguida tem essa coisa saborosa de ser intrinsecamente uma construção coletiva. O nosso desafio é criar a cultura da gestão compartilhada, criar os instrumentos de prospecção, as formas de avaliação e acompanhamento dos impactos na sociedade, as estratégias regionais e a inovação. Isso é, por natureza, uma tarefa coletiva. O que nos toca nesse momento é implantar o centro e que ele não sucumba a nenhuma tentação de fazer o que as agências já fazem.

Adverso - Qual é a especificidade do centro, então?

Mirra - É ser espaço de prospecção, esse mix, essa cultura onde se coloca em jogo a convivência da prospecção, estudos estratégicos, inteligência das estratégias regionais e como estruturar de maneira mais produtiva a produção de conhecimento. São tarefas e dimensões de trabalho que já são realizados em vários setores de maneira independente, articulada. Portanto, o que o centro tem que fazer é mobilizar, fazer o trabalho de costura permanente.

Adverso - Que impacto este centro deverá ter na pesquisa brasileira?

Mirra - Queremos que ele tenha um grande impacto no sentido de ser um facilitador na construção dessas soluções e estratégias e de que seja um gerador de informações úteis. Ele deve instrumentar decisões, colocar à disposição da sociedade científica, do setor empresarial, informação trabalhada e estudada, que os ajude a tomar decisões da maneira mais informada possível.